

A CONSTITUIÇÃO DE PRÁTICAS PSI NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Thais Gomes de Oliveira¹, LÍlian Rodrigues da Cruz²

¹ Autora: graduanda em Psicologia e Bolsista BIC/UFRGS.

² Orientadora: professora do PPG em Psicologia Social e Institucional/UFRGS.

Introdução

O presente trabalho é vinculado ao Projeto de Pesquisa “A constituição das práticas psicológicas no campo das Políticas Públicas de Assistência Social”. Alia-se com a necessidade de produção de conhecimento no campo da Psicologia e das Políticas Públicas.

Objetivos e Metodologia

Visa discutir sobre como se constituem as práticas psicológicas no trabalho social com famílias – levando em consideração a produção de conhecimento psi sobre o tema. Para isso, utilizou-se a análise de documentos da Política de Assistência Social e diários de campo produzidos pelo grupo de pesquisa; além de bibliografia encontrada no campo da psicologia social.

Discussão

Mesmo que a psicologia enquanto profissão esteja inserida nas equipes mínimas da proteção social básica, e que as políticas públicas de assistência social aumentem significativamente a empregabilidade de psicólogos/os, a mesma se defronta com a tradição psicológica que por muito esteve longe das políticas sociais.

A psicologia que estudamos e praticamos foi pensada para quem?

Em paralelo, problematizamos o trabalho da Psicologia que enquanto campo de produção de saberes constrói entendimentos sobre famílias que estão fundamentalmente vinculadas a entendimentos normativos e reguladores, entendendo as famílias brasileiras a partir de teorias eurocentradas. A concepção de família de que falamos a partir deste trabalho é um tanto difusa: por hora se fala sobre as multiplicidades das famílias; em outros momentos se fala sobre as funções protetivas que as famílias deveriam executar.

Considerações Finais

Problematizamos a produção de conhecimento em Psicologia Social, que tem utilizado de conceitos de famílias de outras áreas de conhecimento psi. Encontramos um lugar esvaziado no que diz respeito às famílias a partir da Psicologia Social e vimos que é fundamental nos questionarmos quanto à concepção de família que está em jogo nesse cenário e o que pode ser produzido a partir da interface entre a Psicologia e a Política de Assistência Social. Além disso, reforça-se a necessidade de produzirmos outros conhecimentos nesse campo.

Referências

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social. Brasília/DF, 2016.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Diário Oficial da União, 2012b.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Nota Técnica com Parâmetros para atuação das e dos profissionais de Psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). CFP, 2016.